

Migrações e segmentação do mercado de trabalho

O caso da migração brasileira para Portugal

*João Peixoto **
*Catarina Egreja **

O estudo da relação entre migração e mercado de trabalho é decisivo para a compreensão das migrações internacionais na atualidade¹. Grande parte dos migrantes contemporâneos são migrantes económicos, isto é, movem-se por razões económicas e procuram uma inserção laboral no país de destino. Existem múltiplas variantes: uns são mais qualificados e outros menos; uns dirigem-se diretamente para o mercado de trabalho e outros procuram-no depois de uma fase inicial de inatividade (deslocações por reunião familiar, motivos de estudo ou saúde); uns encontram-se em situação legal e outros são irregulares – mas muitos estão disponíveis para a atividade económica. Entre os vários factores explicativos dos movimentos migratórios (ver, por exemplo, PENNINX et al., 2006; HAAS, 2008; CASTLES e MILLER, 2009), a dinâmica do mercado de trabalho nos países de recepção é dos mais relevantes. Em muitos casos, a segmentação do mercado de trabalho leva a que os nacionais de um país rejeitem parte da oferta de emprego e a deixem para os estrangeiros. O corolário deste argumento é que a responsabilidade última pela atracção de migrantes internacionais cabe aos países de recepção, mais do que ao potencial migratório dos países de origem dos migrantes.

Os padrões mais comuns de inserção laboral dos imigrantes nos países desenvolvidos são hoje bem conhecidos. Nas décadas mais recentes, algumas das primeiras referências a uma situação caracterizada por baixos salários,

* *SOCIUS, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.*

escassas possibilidades de carreira e poucas recompensas sociais surgem com a teoria dos mercados de trabalho segmentados e a sua aplicação às migrações internacionais (PIORE, 1979). Os estudos de Portes acerca dos diferentes modos de incorporação acrescentaram pontos importantes, ao caracterizarem melhor a inserção no mercado secundário e ao distinguirem-na de outros perfis laborais (PORTES, 1981 e 1999). A transição entre a economia fordista e a pós-fordista, a partir de meados dos anos 1970, agravou aquele tipo de inserção. Com a desregulação progressiva dos mercados de trabalho, a flexibilização das relações laborais tornou-se generalizada (BOYER, 1986; KOVÁCS, 2005). Mas se os aspectos habitualmente considerados mais positivos da flexibilidade, como a maior autonomia individual, ocorrem sobretudo em trabalhadores nativos, os aspectos mais negativos, como a precariedade laboral, incidem relativamente mais sobre imigrantes e outros grupos populacionais, incluindo as mulheres e os jovens (PHIZACKLEA, 2005; KOVÁCS e CASACA, 2007; CASTLES e MILLER, 2009; CASACA e PEIXOTO, 2010).

Pode assim afirmar-se que as condições de trabalho dos imigrantes se agravaram nas últimas décadas. A partir dos anos 1970, tornaram-se vulgares os vínculos contratuais temporários, a ausência ou o desrespeito parcial pelas normas contratuais, os tempos de trabalho flexíveis e a diversificação dos estatutos de emprego (emprego a tempo parcial, trabalho no domicílio e teletrabalho, emprego por conta própria, emprego temporário, *outsourcing*/subcontratação, trabalho *on call*, entre outros) (KOVÁCS, 2005; KOVÁCS e CASACA, 2007). Algumas destas modalidades flexíveis traduzem-se em precariedade laboral, quando os trabalhadores não dispõem de recursos para negociar a sua posição e são particularmente vulneráveis face aos empregadores. Nestes casos, podem conjugar-se ausência ou escassa duração dos contratos, falta de proteção social, escassez de direitos e desemprego frequente. Não espanta que exista uma relação particularmente forte entre estas formas precárias de relação de trabalho e os imigrantes. Face a esta situação, pode ser argumentado que se tornaram mais difíceis as possibilidades de integração nos países de acolhimento.

Neste texto serão revistos os padrões de inserção dos migrantes brasileiros no mercado de trabalho em Portugal, sobretudo no que respeita aos fluxos mais recentes. Com base num inquérito realizado em 2009, será argumentado que as oportunidades laborais disponíveis se encontram, na maior parte dos casos, entre os segmentos menos atrativos do mercado de trabalho português e que predominam situações de precariedade laboral. A concentração naqueles segmentos prejudica as possibilidades de integração plena na sociedade portuguesa. Esta evidência decorre da observação de algumas variáveis relacionadas com o emprego (participação económica, condição de atividade, posição na ocupação, profissão, ramo de atividade e situação contratual) e desemprego. Serão ainda identificadas as características dos imigrantes que mais se relacionam com os diferentes padrões de inserção laboral.

Imigração brasileira e mercado de trabalho em Portugal – estado da arte

Os estudos sobre a imigração brasileira em Portugal são hoje muito numerosos (ver, entre outros, MACHADO, 2006; MALHEIROS, 2007; PADILLA, 2007; XAVIER, 2007; GÓIS et al., 2009). Estes estudos têm contemplado, entre outras dimensões, o volume e as características demográficas dos fluxos; os modos de incorporação no mercado de trabalho; as clivagens associadas ao género; o papel das redes sociais nos trajectos migratórios; os problemas de identidade e representação; e a questão do associativismo e da participação política. O aumento dos estudos tem correspondido a um forte crescimento da imigração brasileira, que hoje é considerada um aspecto estrutural da sociedade portuguesa contemporânea.

As principais tendências da imigração brasileira em Portugal constam do Gráfico 1 (p.18). O aumento do número de cidadãos brasileiros com estatuto legal no país tem sido muito forte: nos anos 1970, o número de brasileiros pouco ultrapassava os três milhares, enquanto em 2009 atingia perto de 116.600 indivíduos². As principais fases de crescimento situaram-se em meados dos anos 1980, no final dos anos 1990 e após meados da primeira década do novo século. O primeiro destes momentos está associado à adesão de Portugal à União Europeia em 1986, que contribuiu para alterar a imagem do país no Brasil (PINHO, 2007). O segundo e o terceiro momentos estão associados a alterações legislativas: o aumento verificado em 2001 resultou da concessão de autorizações de permanência (um título legal que representou, na prática, uma regularização de imigrantes); o crescimento em 2004 e 2005 foi consequência das possibilidades de regularização permitidas pelo acordo bilateral celebrado em 2003 (vulgarmente conhecido por Acordo Lula); e o aumento de 2008 foi resultado das oportunidades de regularização permitidas pela nova lei sobre imigração, em vigor desde 2007. Uma vez que muitas destas mudanças resultam de processos de regularização, pode ser admitido que estamos em presença de um fluxo gradual, cuja principal intensificação data do final dos anos 90 (GÓIS et al., 2009).

Durante a primeira década do novo século, os brasileiros adquiriram a primazia entre todas as nacionalidades estrangeiras em Portugal. Se no final dos anos 1990 eles representavam cerca de 11% do total, dez anos depois, em 2009, atingiam 25,5% da população estrangeira em situação legal no país. Este aumento é ainda mais relevante porque o grande fluxo da imigração brasileira ocorreu numa década de reduzido crescimento económico. De facto, a partir de 2002-2003 o crescimento da economia em Portugal foi baixo, tendo aumentado a divergência com o padrão médio da União Europeia. Dada a relativamente reduzida expansão do emprego, muitos dos outros fluxos migratórios desaceleraram ou mesmo inverteram a sua tendência. Tal, porém, não sucedeu com os brasileiros. As dificuldades associadas a outros potenciais destinos (sobretudo no caso dos Estados Unidos), as possibilidades de regularização, a

acção das redes sociais e a pressão para a emigração poderão explicar os fluxos, apesar da conjuntura menos expansiva do mercado de trabalho (GÓIS et al., 2009). A recente crise económica que atingiu Portugal, em larga parte resultado da recessão económica mundial, teve por efeito, porém, um abrandamento ou mesmo uma possível inversão dos fluxos, com aumento dos níveis de retorno para o Brasil (PEIXOTO e IORIO, 2011).

Tem sido abundante a pesquisa sobre a inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho em Portugal. Em geral, a atividade dos brasileiros corresponde à da maior parte dos imigrantes estrangeiros no país. Sabe-se que a grande maioria dos fluxos migratórios é de tipo económico; que a imigração está relacionada com a segmentação do mercado laboral; que a maioria dos imigrantes ocupa níveis profissionais na base da pirâmide social; e que a inserção laboral se relaciona com a integração na sociedade portuguesa (OCDE, 2008). No caso particular dos brasileiros, têm sido distinguidas algumas “vagas” contrastantes: enquanto até meados dos anos 1990 os imigrantes ocupavam grupos profissionais de topo e apresentavam elevados níveis de qualificação, a partir do final dessa década a situação praticamente inverteu-se. As características da “segunda vaga” da imigração brasileira, iniciada no final dos anos 1990, estão hoje razoavelmente estabelecidas: os migrantes mais recentes inseriram-se majoritariamente nos segmentos mais desqualificados e precários do mercado de trabalho português. Em muitos casos pode falar-se em desqualificação, isto é, imigrantes com qualificações superiores ao tipo de tarefas que desempenham (sobre a imigração brasileira, ver CASA DO BRASIL DE LISBOA, 2004; MALHEIROS, 2007; PEIXOTO e FIGUEIREDO, 2007; GÓIS et al., 2009).

Apesar da investigação disponível, os modos de inserção laboral dos imigrantes brasileiros são ainda insuficientemente conhecidos. Tal resulta da sua grande dinâmica recente, das limitações das estatísticas oficiais (ver OCDE, 2008) e da escassez de pesquisas quantitativas em larga escala. Neste último aspecto, deve ser salientado que, entre os muitos estudos disponíveis, a maior parte se baseia na metodologia de estudos de caso. O principal objectivo deste texto é, precisamente, aprofundar o tema da inserção laboral, utilizando os resultados de um inquérito a uma vasta amostra de imigrantes brasileiros realizado em 2009. Com base neste inquérito serão observados diversos aspectos da imigração brasileira até agora objecto de escassa investigação em Portugal, incluindo algumas variáveis do mercado de trabalho e as características dos imigrantes que se relacionam com os diferentes tipos de inserção laboral.

Emprego e desemprego entre os imigrantes brasileiros

Metodologia

Os dados apresentados nesta secção resultam de um inquérito aplicado a cerca de 1400 indivíduos adultos de nacionalidade brasileira que residiam ou

trabalhavam em Portugal em 2009. O inquérito, que abrangeu todo o território português, foi aplicado entre Janeiro e Junho desse ano. A inquirição ocorreu num período de recessão económica, mas antes de se tornar notória a tendência de retorno ao Brasil a partir do final da década (PEIXOTO e IORIO, 2011). A técnica de amostragem não aleatória utilizada foi a de “bola de neve”, o que se tornou necessário face à inexistência de uma lista que permitisse elaborar uma amostra representativa. A principal desvantagem desta técnica foi a incapacidade para proceder a generalizações para todos os imigrantes brasileiros. Outra consequência foi a captação sobretudo de imigrantes recentes. Tal sucedeu por a aplicação do inquérito ter privilegiado locais de concentração pública, como consulados, o que favoreceu o encontro com indivíduos chegados mais recentemente. Por este motivo, algumas características das “vagas” migratórias tradicionais ficaram ocultadas.

Para minimizar estes inconvenientes, a amostra foi ainda estratificada tendo em conta o sexo e a região de residência, as únicas variáveis conhecidas para o universo dos brasileiros com estatuto legal em Portugal em 2009. A ausência de outra informação sobre os imigrantes legais, incluindo variáveis sócio-económicas, bem como a importância da imigração indocumentada, cuja composição se ignora, impediram um melhor desenho da amostra. Deve notar-se que à data do inquérito se tornou inútil o recurso ao recenseamento de 2001, que permitiria uma melhor caracterização da comunidade brasileira, dadas as mudanças ao longo da década. Apesar destas limitações, e perante a escassez de investigação quantitativa existente neste domínio, podemos admitir que os dados recolhidos possuem uma capacidade de explicação apreciável, sobretudo no que se refere à migração recente.

Participação económica e posição na ocupação

Os níveis de participação na atividade económica dos imigrantes brasileiros têm sido sempre elevados. Os dados do inquérito realizado em 2009 confirmam estas indicações. A taxa de atividade (total de indivíduos economicamente ativos, no conjunto dos brasileiros imigrantes inquiridos) situa-se nos 82,6%³. Entre estes, a grande maioria são ativos com profissão (68%), mas o desemprego é uma realidade bastante expressiva, abrangendo 14,6% dos inquiridos. Dos restantes, 10,7% são inativos (na sua maioria estudantes, mas também domésticas e aposentados) e 6,7% não responderam à questão (ver Gráfico 2, p.18).

Quanto à posição na ocupação, conclui-se que a maioria dos imigrantes é constituída por assalariados (74,3% numa empresa, 1,5% no Estado). Os trabalhadores por conta própria dividem-se entre os empregadores (5,5%) e os autónomos (15%). Outras situações não especificadas representam 3,7% dos casos. A situação de assalariamento é a mais comum entre os imigrantes em Portugal e atinge também a larga maioria dos brasileiros.

Profissão

O Gráfico 3 (p.19) mostra a distribuição atual dos imigrantes pelos quatro grandes grupos profissionais considerados neste trabalho⁴: perto de metade (49,1%) pertence ao grupo dos Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores, uma categoria intermédia de profissões nos serviços. A segunda percentagem mais expressiva diz respeito aos Trabalhadores não qualificados de todos os setores (21,2%), seguidos dos Operários, operadores, artífices e similares (18%). Apenas 11,6% dos inquiridos são Quadros superiores, dirigentes e especialistas. Tendo em conta que a maior parte dos inquiridos são imigrantes recentes, fica confirmado o padrão de inserção profissional já conhecido dos estudos sobre a “segunda vaga” da imigração brasileira. Por comparação com o perfil da população empregada total em Portugal, existe clara sobre-representação dos brasileiros entre as categorias intermédias dos serviços e os trabalhadores não qualificados, e sub-representação entre os profissionais de topo e as categorias intermédias de operários⁵.

O cruzamento dos grupos profissionais com outras variáveis veio revelar relações significativas com o sexo e as habilitações. A intensidade da relação entre a ocupação profissional e o sexo é moderada, o que parece apontar para alguma segmentação da ocupação segundo o género⁶. O exemplo mais evidente diz respeito ao grupo dos Operários, operadores, artífices e similares: 86,7% são homens. Nos restantes grupos, as mulheres encontram-se em maioria, e não deixa de ser significativo verificar que constituem 67,3% dos Trabalhadores não qualificados. Os grupos ocupacionais diferem também de acordo com as habilitações dos inquiridos⁷, no sentido em que os menos habilitados ocupam tendencialmente profissões menos qualificadas do que os que têm habilitações superiores, e vice-versa, como se pode constatar no Quadro 1 (p.21). No entanto, o grau de desqualificação é significativo, o que confirma o que é conhecido dos estudos disponíveis (MALHEIROS, 2007; OCDE, 2008). Neste aspecto, é eloquente o facto de 68,1% dos trabalhadores brasileiros não qualificados em Portugal terem completado o 2º grau do ensino médio, o ensino superior ou um grau ainda mais elevado.

A análise por anos de chegada⁸ mostra que o peso dos Quadros é maior entre os que chegaram entre 1999 e 2003. Deste modo, os resultados apontam no sentido dos dados revelados por estudos anteriores, que indicam que os imigrantes brasileiros mais antigos vieram ocupar posições sobretudo em cargos qualificados (MALHEIROS, 2007). Nos restantes grupos, tem maior visibilidade quem chegou entre 2004 e 2007, chegando a constituir quase dois terços dos inquiridos que se inseriam no grupo dos Trabalhadores não qualificados no momento da aplicação do questionário (ver Quadro 2, p.21). A diferença entre a “primeira vaga” e as posteriores fica assim clara, bem como a semelhança entre o que se tem designado por “segunda” e “terceira vagas” (GÓIS et al., 2009).

Ramo de atividade

Em termos do ramo económico de atividade atual, o inquérito apresentava 17 categorias que foram posteriormente reduzidas a sete, de forma a facilitar a interpretação dos cruzamentos com outras variáveis⁹. O ramo do Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares é o mais representativo (42,7%), seguido de Outras atividades de serviços (16,7%) e Construção (15,3%) (ver Gráfico 4, p.19). Se observarmos as outras categorias com maior presença de brasileiros, incluindo as Atividades pessoais, familiares e domésticas (12,1%) e as Atividades financeiras, serviços às empresas e similares (5,2%), destaca-se a muito forte inserção nas atividades de serviços: mais de 3/4 dos inquiridos estão ligados a este setor. Por comparação com a população empregada total em Portugal, os imigrantes brasileiros estão largamente sobre-representados no Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares, nas Atividades pessoais, familiares e domésticas e na Construção – segmentos habituais de inserção de muitos dos imigrantes estrangeiros em Portugal¹⁰, bem como noutros países europeus (PENNINX et al., 2006).

Algumas variáveis estão associadas ao ramo de atividade¹¹. A relação com o sexo mostrou-se estatisticamente significativa, de intensidade média¹², porque existem ramos claramente segmentados, como o das Atividades pessoais, familiares e domésticas (88,9% são mulheres) e o da Construção (94% são homens). O cruzamento da variável em análise com os escalões etários não revelou grandes diferenças entre ramos. Já por habilitações, as diferenças são mais expressivas (e estatisticamente significativas¹³). Os ramos mais escolarizados são os das Atividades financeiras, serviços às empresas e similares e das Outras atividades de serviços. Em contrapartida, os menos escolarizados são os ramos da Construção; Indústria, incluindo energia; e Atividades pessoais, familiares e domésticas.

Situação contratual

Inquiridos sobre a sua situação contratual, 85,7% dos respondentes a que se aplicava tal questão têm um contrato escrito de trabalho. No entanto, esta questão só assume relevância entre os assalariados. Considerando apenas este universo, 92,9% dos trabalhadores declararam ter um contrato escrito. Neste sentido, pode ser admitido que a taxa de informalidade real é diminuta, situando-se nos 7,1%. Este valor é reduzido, face ao que se presume habitualmente ser o peso das relações informais entre os imigrantes (ver, por exemplo, CARVALHO, 2007).

Por grupo profissional, a ocorrência de informalidade é mais frequente entre os Técnicos e quase inexistente entre os Quadros. Todos os ramos de atividade apresentam taxas elevadas de formalidade. Porém, a ausência de contratos escritos, ainda que seja sempre uma situação minoritária, é mais comum nos

ramos do Comércio e da Construção, o que confirma o que tem sido divulgado pela investigação (KOVÁCS, 2005). No sentido oposto, essa situação é quase inexistente no ramo da Indústria.

No que respeita à duração do contrato, entre os que têm um contrato de trabalho, quase um terço possui um contrato permanente (ver Gráfico 5, p.20). No entanto, há que sublinhar o facto de praticamente metade dos inquiridos (48,7%) ter contratos com uma duração entre os 3 e os 12 meses, o que aponta para uma forte precariedade laboral entre os imigrantes brasileiros. Este valor confirma o que tem sido escrito sobre a vulnerabilidade dos imigrantes e, em particular, dos brasileiros, a situações de precariedade, o que está relacionado com a segmentação do mercado de trabalho (PHIZACKLEA, 2005; KOVÁCS e CASACA, 2007; CASACA e PEIXOTO, 2010). Em termos comparativos, a proporção de brasileiros com contratos não permanentes excede em mais de três vezes a dos assalariados em Portugal¹⁴.

Dos cruzamentos realizados, os mais relevantes (ainda que não sejam estatisticamente significativos) dizem respeito ao grupo profissional, ramo de atividade e anos de chegada. Assim, podemos constatar que os Quadros são os que têm maior percentagem de contratos permanentes e de contratos com duração superior a 3 anos. Em oposição, os Trabalhadores não qualificados foram os que mais celebraram, comparativamente, contratos de duração não superior a um ano. Por ramo, é interessante constatar que os contratos permanentes predominam nas Atividades financeiras, serviços às empresas e similares, mas também entre as Atividades pessoais, familiares e domésticas. Por seu lado, os ramos do Comércio e da Construção são os que registam níveis mais elevados de contratos precários. A análise por anos de chegada evidencia a preponderância de contratos permanentes entre os inquiridos que emigraram até 2003, encontrando-se os de duração mais limitada nos que vieram para Portugal entre 2004 e 2008.

Desemprego no percurso em Portugal

Os dados do inquérito aos imigrantes brasileiros confirmam que estes se encontram bastante vulneráveis ao desemprego, uma vez que essa foi uma situação vivida em Portugal por 56,9% dos inquiridos que forneceram uma resposta à questão¹⁵. A vulnerabilidade dos imigrantes ao desemprego é comum a outros contextos europeus (PENNINX et al., 2006; OCDE, 2008).

Procurando identificar a existência de uma associação entre a situação de desemprego em algum momento do processo migratório e outras variáveis, constatou-se uma relação significativa com o tipo de visto de entrada – porém, de fraca intensidade¹⁶. Observando as frequências das respostas, conclui-se que a maioria dos inquiridos que entraram em Portugal com visto de trabalho (56,6%), passaporte português ou de outro país da UE (62,5%), ou ainda outro tipo de documento não explicitado (68,8%), nunca estiveram desempregados

em Portugal. Por outro lado, características como o género, a idade, o grau de habilitações ou os anos de chegada não parecem ser influentes no sentido de evitar essa ocorrência no percurso dos imigrantes, e tão pouco o grupo profissional em que se inseriam no Brasil.

Para os respondentes que deram conta de em algum momento terem vivido uma situação de desemprego, colocou-se a questão da sua duração (em meses). As respostas foram posteriormente agrupadas em sete intervalos, para uma melhor leitura dos dados. Para a maioria, esta fase foi de curta duração: 40,2% precisaram de entre um a dois meses para encontrarem novo trabalho e 4,2% indicaram ter estado em situação de desemprego por menos de um mês. Por outro lado, uma fracção considerável dos inquiridos esteve desempregada durante mais de 6 meses (18,6%) (ver Gráfico 6, p.20). Estes dados confirmam a relativa facilidade de acesso ao emprego por parte dos imigrantes, mesmo quando residindo em situação irregular ou depois de um período de desemprego – o que sugere uma elevada rotação entre postos de trabalho, um indicador de precariedade.

O cruzamento da duração do desemprego com outras variáveis revelou algumas relações estatisticamente significativas. Verifica-se, nomeadamente, que as mulheres referem uma duração de desemprego superior, em média, à dos homens¹⁷, o que confirma a maior vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho (KOVÁCS e CASACA, 2007; PADILLA, 2007; CASACA e PEIXOTO, 2010); e que a duração do período de desemprego é superior entre os Trabalhadores não qualificados, seguidos dos Quadros.

Desemprego atual

Neste ponto analisar-se-ão em maior profundidade as diferenças existentes entre os imigrantes ativos que exercem uma profissão e os que declararam estar desempregados no momento da aplicação do inquérito. A taxa de desemprego dos inquiridos era então de 17,7% (desempregados em relação aos ativos), valor cuja grandeza se explica por o inquérito ter sido aplicado em plena conjuntura de recessão¹⁸. Executando as mesmas análises mas centrando-as apenas nos imigrantes ativos no presente, os resultados são um pouco mais elucidativos das diferenças entre empregados e desempregados, ainda que, novamente, a idade e as habilitações pareçam não ter qualquer influência na situação.

Por género¹⁹, existe uma grande igualdade entre quem exerce uma profissão; no entanto, as mulheres estão mais presentes no grupo dos desempregados do que os homens (62,4% contra 37,6%). De acordo com o estatuto legal de permanência, é interessante verificar que, mesmo entre os que não têm qualquer tipo de autorização de residência, a taxa de empregabilidade é elevada, situando-se nos 76,4%.

No entanto, por ano de chegada a Portugal as diferenças são agora mais evidentes²⁰. A proporção de desempregados é menor entre os que chegaram até

1998 e maior entre os que vieram no último ano. Parece haver uma tendência para que a taxa de emprego aumente com o número de anos de estadia em Portugal, a par da diminuição do desemprego (ver Quadro 3, p.22). Ou seja, o factor temporal pode ser aqui importante a dois níveis: por um lado, quanto mais tempo tiver passado, maior é a probabilidade de se encontrar emprego; por outro, a crise económica que se tem vindo a sentir na última década torna mais difícil a inserção no mercado de trabalho.

Por fim, o grupo profissional à chegada²¹ e o ramo de atividade à chegada²² parecem ter alguma influência na empregabilidade atual dos indivíduos (ver Quadro 4, p.22). Apenas 5,1% dos inquiridos que se inseriram no grupo dos Quadros à chegada é que, atualmente, se encontram desempregados, contrastando com 21,6% dos Operários e 17,4% dos Trabalhadores não qualificados. Estes dados sugerem que a entrada no mercado pela via desqualificada é um preditor de maior vulnerabilidade laboral futura. Por ramos, o que apresenta uma menor taxa de desemprego atualmente é o das Outras atividades de serviços (8,5%). Em contraste, o ramo da Construção apresenta uma taxa de desemprego de 23% e os das Atividades pessoais, familiares e domésticas, de 20,9%, podendo ser interpretados como os ramos económicos de maior vulnerabilidade ao desemprego.

Conclusão

Os dados apresentados neste texto confirmam que a inserção laboral mais frequente dos migrantes brasileiros em Portugal, sobretudo nos anos mais recentes, ocorre em segmentos medianamente ou pouco qualificados do mercado de trabalho. Quase 90% dos imigrantes inquiridos desempenham uma profissão com qualificação média ou baixa: cerca de metade são Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores, seguidos de Trabalhadores não qualificados e dos Operários, operadores, artífices e similares. A inserção mais relevante ocorre nos ramos onde a procura de trabalho intensivo é mais elevada: quase 90% dos imigrantes estão ligados ao Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares, Outras atividades de serviços, Construção, e Atividades pessoais, familiares e domésticas. Na maior parte destas profissões e ramos os brasileiros estão sobre-representados em relação ao conjunto da população ativa em Portugal.

A concentração em segmentos intensivos em mão de obra, situados a meio ou na base da pirâmide social e, em geral, menos procurados pelos portugueses, ocorre a par de vínculos laborais precários. Na maior parte dos casos o vínculo contratual é precário: apesar de existir uma grande maioria de trabalhos com contrato (apenas 7% dos inquiridos admitiram trabalhar de modo informal), estes são sobretudo temporários. Cerca de metade dos inquiridos detém contratos com duração compreendida entre 3 e 12 meses, proporção muito superior à média em Portugal. A ausência de contratualização

e os vínculos temporários são sobretudo comuns em ramos como o Comércio e similares e Construção.

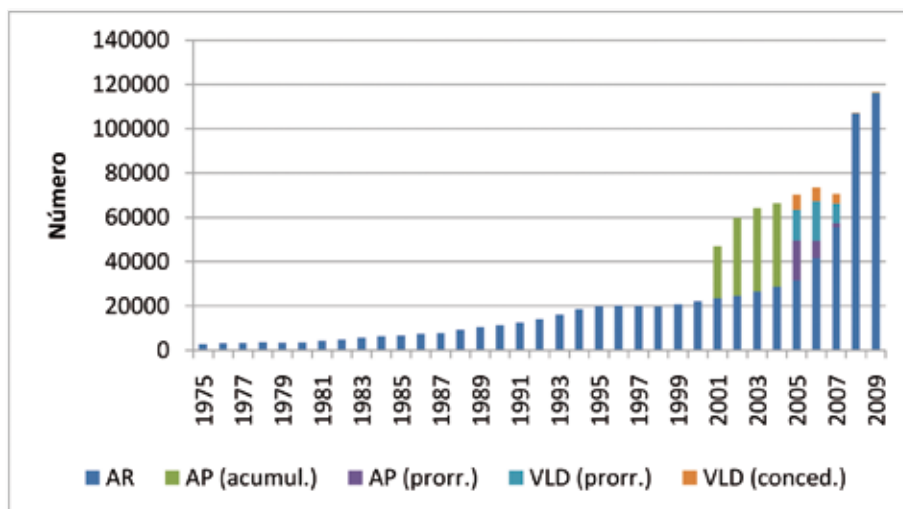
Os imigrantes estão ainda sujeitos a desemprego frequente. Em épocas de crescimento económico, este ocorre por períodos curtos e é quase sempre fácil encontrar novo trabalho, mesmo no caso de imigrantes irregulares. Porém, em épocas de recessão o desemprego tende a ser mais elevado e, provavelmente, de maior duração. A vulnerabilidade ao desemprego, superior à média da população portuguesa, é tanto maior quanto mais forte for a ligação aos segmentos do mercado de trabalho acima enunciados e mais recente for a migração.

Em síntese, a inserção laboral dos imigrantes brasileiros recentes em Portugal é claramente segmentada e sujeita a grande precariedade. Apesar da ligação a alguns sectores profissionais intermédios, todos os outros indicadores estudados confirmam que a inserção ocorre de forma mais desvantajosa do que a média da população. Essa situação é agravada por se verificar uma significativa desqualificação dos brasileiros, sujeitando-se a tarefas abaixo do seu nível de competências. A inserção nos segmentos mais desfavorecidos tem aumentado de intensidade ao longo do tempo, o que se relaciona com o maior volume da migração e a flexibilização crescente do mercado de trabalho (PHIZACKLEA, 2005; KOVÁCS, 2005).

Estes resultados confirmam o que tem sido desenvolvido pela literatura, em particular no que se refere aos fluxos migratórios na era pós-fordista (PORTES, 1999; PHIZACKLEA, 2005; CASTLES e MILLER, 2009). O aprofundamento das lógicas de flexibilização e precarização laboral, que tem dominado as economias contemporâneas nas últimas décadas, é facilitado pela inserção de alguns grupos populacionais nos segmentos menos favorecidos, como sucede com os imigrantes. Esta situação ocorre com particular nitidez em contextos de elevada segmentação do mercado de trabalho, como é o caso de Portugal (KOVÁCS, 2005; KOVÁCS e CASACA, 2007).

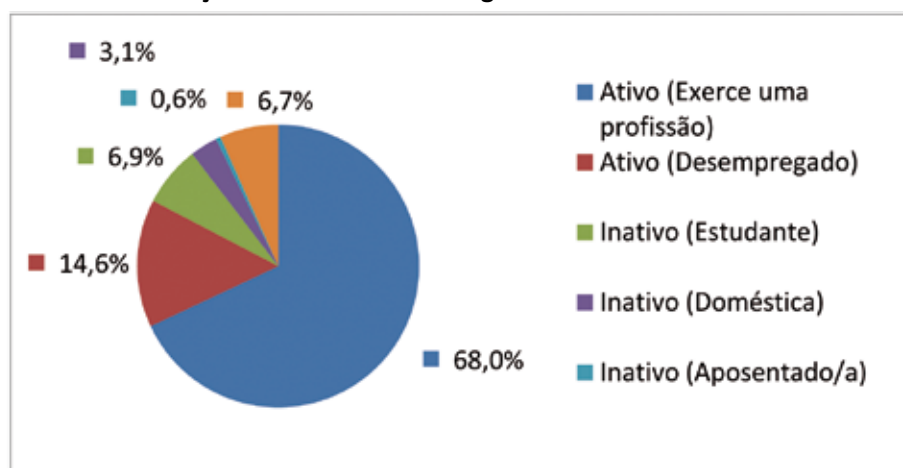
Este tipo de incorporação laboral, que afeta sobretudo as vagas migratórias mais recentes, prejudica as possibilidades de integração plena dos migrantes brasileiros na sociedade portuguesa e inibe as trajetórias de mobilidade social ascendente. Dados recolhidos a partir do mesmo inquérito aos imigrantes utilizado neste texto e tratados noutra local (EGREJA e PEIXOTO, 2011) sugerem, porém, que alguns canais de mobilidade se mantêm abertos. Isto é, verifica-se alguma ascensão na hierarquia profissional e libertação dos ramos de inserção inicial, sobretudo em função do ano de chegada. O aumento da mobilidade com a maior duração da imigração contrasta, porém, com a atual situação de recessão vivida por Portugal e a expansão económica no Brasil, que tem incentivado um maior retorno. Por esta razão, a dinâmica migratória permanece instável e novos estudos deverão ser realizados no futuro.

Gráfico 1 - Brasileiros com estatuto legal em Portugal, 1975-2009



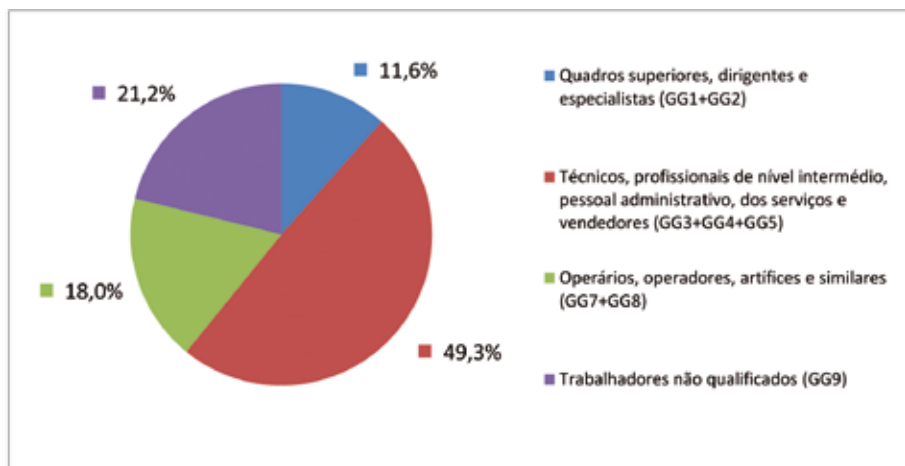
Nota: AR: autorizações de residência; AP: autorizações de permanência (acumuladas e prorrogadas); VLD: vistos de longa duração (prorrogados e concedidos) Fonte: INE/SEF e prorrogadas); VLD: vistos de longa duração (prorrogados e concedidos) Fonte: INE/SEF

Gráfico 2 – Condição de atividade dos imigrantes brasileiros



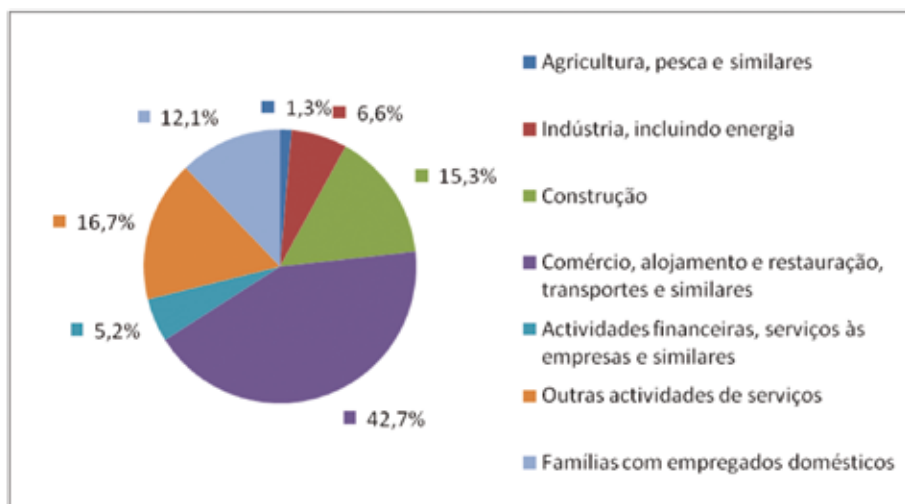
Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Gráfico 3 - Profissão (grupo profissional) atual dos imigrantes brasileiros



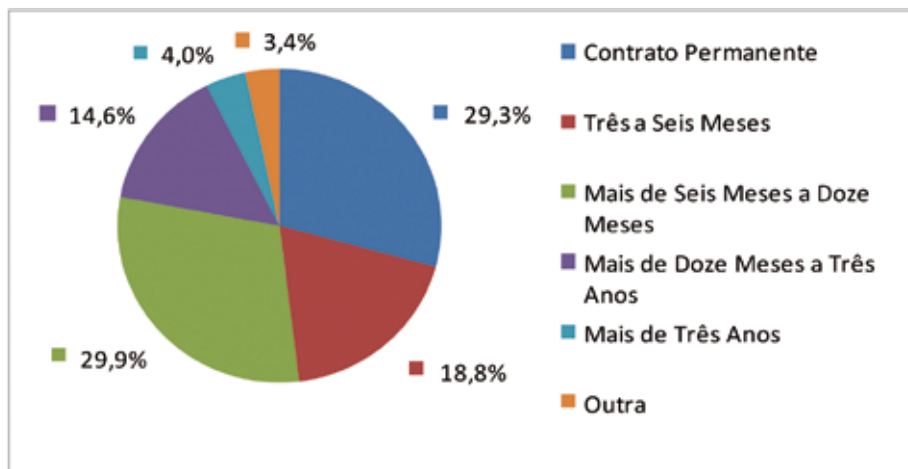
Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Gráfico 4 – Ramo de atividade atual dos imigrantes brasileiros



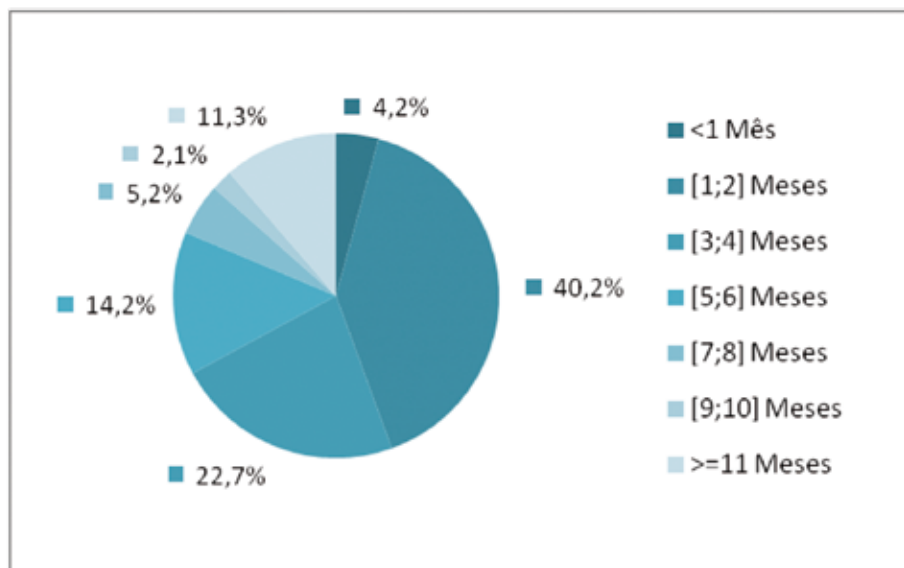
Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Gráfico 5 – Duração do contrato de trabalho dos imigrantes brasileiros



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Gráfico 6 – Duração média da situação de desemprego entre os imigrantes brasileiros em Portugal



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Quadro 1 – Grau de habilitações dos imigrantes brasileiros, segundo o grupo profissional atual

		Grupo profissional atual				Total
		Quadros superiores, dirigentes e especialistas (GG1+GG2)	Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores (GG3+GG4+GG5)	Operários, operadores, artífices e similares (GG7+GG8)	Trabalhadores não qualificados (GG9)	
Habilitações	Ensino Fundamental (1º Grau, até 4ª Série /5º Ano)	2,4%	2,9%	8,8%	13,8%	6,1% (n=42)
	Ensino Médio (1º Grau, 5ª à 8ª Série /9º Ano)	11,8%	14,5%	33,6%	18,1%	18,3% (n=127)
	Ensino Médio (2º Grau /12º Ano)	31,8%	65,5%	52,0%	58,0%	57,4% (n=398)
	Ensino Superior (Licenciatura)	34,1%	13,6%	5,6%	7,2%	13,4% (n=93)
	Pós-Graduação, Mestrado ou Doutorado	20,0%	3,5%	,0%	2,9%	4,8% (n=33)
	Total	100,0% (n=85)	100,0% (n=345)	100,0% (n=125)	100,0% (n=138)	100,0% (n=693)

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Quadro 2 – Ano de chegada dos imigrantes brasileiros, segundo o grupo profissional atual

			Grupo profissional atual				Total
			Quadros superiores, dirigentes e especialistas (GG1+GG2)	Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores (GG3+GG4+GG5)	Operários, operadores, artífices e similares (GG7+GG8)	Trabalhadores não qualificados (GG9)	
Ano de chegada	até 1998	Nº de casos %	16 20,0%	12 3,6%	3 2,6%	1 0,7%	32 4,8%
	1999 a 2003	Nº de casos %	31 38,8%	86 25,9%	46 40,4%	32 23,4%	195 29,4%
	2004 a 2007	Nº de casos %	26 32,5%	170 51,2%	53 46,5%	84 61,3%	333 50,2%
	2008	Nº de casos %	6 7,5%	55 16,6%	10 8,8%	18 13,1%	89 13,4%
	2009	Nº de casos %	1 1,3%	9 2,7%	2 1,8%	2 1,5%	14 2,1%
	Total	Nº de casos %	80 100,0%	332 100,0%	114 100,0%	137 100,0%	663 100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Quadro 3 – Ano de chegada a Portugal dos imigrantes brasileiros, segundo a situação de emprego / desemprego atual

			Ativos		Total
			Desempregado	Exerce uma profissão	
Ano de chegada	até 1998	Nº de casos	5	41	46
		%	10,9%	89,1%	100,0%
	1999 a 2003	Nº de casos	52	243	295
		%	17,6%	82,4%	100,0%
	2004 a 2007	Nº de casos	69	408	477
		%	14,5%	85,5%	100,0%
	2008	Nº de casos	28	115	143
		%	19,6%	80,4%	100,0%
	2009	Nº de casos	17	15	32
		%	53,1%	46,9%	100,0%
Total		Nº de casos	171	822	993
		%	17,2%	82,8%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Quadro 4 – Grupo profissional e ramo de atividade à chegada dos imigrantes brasileiros, segundo a situação de emprego / desemprego atual

		Ativos				Total (100,0%)
		Desempregado		Exerce uma profissão		
		n	%	n	%	n
Grupo profissional à chegada	Quadros superiores, dirigentes e especialistas (GG1+GG2)	2	5,1%	37	94,9%	39
	Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores (GG3+GG4+GG5)	47	11,4%	364	88,6%	411
	Operários, operadores, artífices e similares (GG7+GG8)	36	21,6%	131	78,4%	167
	Trabalhadores não qualificados (GG9)	42	17,4%	199	82,6%	241
Ramo de atividade à chegada	Indústria, incluindo energia	8	13,8%	50	86,2%	58
	Construção	45	23,0%	151	77,0%	196
	Comércio, alojamento e restauração,] transportes e similares	53	13,0%	356	87,0%	409
	Atividades financeiras, serviços às empresas e similares	5	10,0%	45	90,0%	50
	Outras atividades de serviços	11	8,5%	119	91,5%	130
	Atividades pessoais, familiares e domésticas	29	20,9%	110	79,1%	139

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Notas

1 - Este texto resulta do projeto de investigação “Vagas Atlânticas: a Imigração Brasileira em Portugal”, realizado entre 2008 e 2010 por uma equipa que integrou elementos do SOCIUS, CIES/ISCTE-IUL e CES/Universidade de Coimbra, e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/SDE/68903/2006), Portugal. Os autores agradecem os contributos da restante equipa de investigação (Beatriz Padilla, Filipa Palma, Thais França, José Carlos Marques e Pedro Góis). O texto é dedicado à memória de Maria Ioannis Baganha, que iniciou mas não chegou a concluir o projeto.

2 - Os números inscritos no gráfico dizem respeito aos diferentes estatutos legais que permitem uma residência prolongada em Portugal, geralmente por um período superior a um ano: autorizações de residência, autorizações de permanência (entretanto abolidas) e vistos de longa duração

3 - Neste caso, a taxa de atividade é calculada sobretudo em relação à população em idade ativa, uma vez que o questionário só contemplou pessoas com mais de 16 anos e apenas dez declararam ter 60 anos ou mais.

4 - Para as questões relativas às profissões dos inquiridos, agruparam-se os grandes grupos profissionais da Classificação Nacional de Profissões (CNP) nas seguintes categorias: Quadros (Quadros superiores, dirigentes e especialistas) (GG1+GG2); Técnicos (Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores) (GG3+GG4+GG5); Operários (Operários, operadores, artífices e similares) (GG7+GG8); e Trabalhadores não qualificados (GG9). Por outro lado, omitiram-se nas análises mais aprofundadas o GG0 (membros das Forças Armadas) e o GG6 (trabalhadores da Agricultura e Pescas), residuais na amostra.

5 - Segundo as Estatísticas do Emprego do Instituto Nacional de Estatística (INE), a distribuição da população empregada total em 2009 pelos agregados de grupos profissionais referidos era a seguinte: Quadros (G1+G2): 16%; Técnicos (G3+G4+G5): 34,7%; Operários (G7+G8): 26%; Trabalhadores não qualificados (G9): 11,7% (INE, *Estatísticas do Emprego*, cálculos dos autores).

6 - $\chi^2(3) = 105,555$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,375

7 - $\chi^2(12) = 144,050$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,263

8 - $\chi^2(12) = 71,488$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,190

9 - Foram utilizados os seguintes ramos: Agricultura (Agricultura, pesca e similares, indústrias extrativas) Indústria (Indústria, incluindo energia), Construção, Comércio (Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares), Atividades financeiras (Atividades financeiras, serviços às empresas e similares), Outras atividades de serviços, Atividades pessoais (Atividades pessoais, familiares e domésticas).

10 - Segundo o INE, a distribuição da população empregada em Portugal em 2009 pelos principais ramos de atividade era a seguinte: Agricultura, pesca e similares: 11,5%; Indústria, incluindo energia: 17,9%; Construção: 10%, Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares: 24,5%; Atividades financeiras, serviços às empresas e similares: 10,3%; Outras atividades de serviços: 22,9%; Atividades pessoais, familiares e domésticas: 3% (INE, *Estatísticas do Emprego*, cálculos dos autores).

11 - Devido à pouca importância do ramo da Agricultura, pescas e similares (1,3%), este foi retirado destas análises.

12 - $\chi^2(5) = 189,299$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,465

13 - $\chi^2(20) = 131,415$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,201

14 - Em 2009, segundo o INE, os assalariados com um contrato de trabalho sem termo atingiam os 78%, enquanto os que detinham um contrato com termo perfaziam 18% (INE, *Estatísticas do Emprego*, cálculos dos autores).

- 15 - Há que sublinhar que esta variável não faz a distinção entre o momento do desemprego, de forma que podemos estar a falar de algumas situações de desemprego à chegada.
- 16 - $\chi^2(5) = 18,851$; $p=0,002$; V de Cramer = 0,128
- 17 - $M-W=29556,000$; $p=0,026$
- 18 - Em 2009, ano de realização do inquérito, a taxa de desemprego nacional era de 9,5% e a dos estrangeiros provenientes de países exteriores à UE de 17,3% (INE, *Estatísticas do Emprego*). Os dados oficiais não são desagregados por nacionalidades particulares, devido à elevada margem de erro associada.
- 19 - $\chi^2(1) = 7,862$; $p=0,003$; Phi = 0,083
- 20 - $\chi^2(4) = 33,373$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,183
- 21 - $\chi^2(3) = 13,947$; $p=0,003$; V de Cramer = 0,127
- 22 - $\chi^2(5) = 19,714$; $p=0,001$; V de Cramer = 0,142

Referências

- BOYER, R. *La Flexibilité du Travail en Europe* – Une étude comparative des transformations du rapport salarial dans sept pays de 1973 a 1985. Paris: Éditions La Découverte, 1986.
- CARVALHO, L. X. *Os Limites da Formalidade e o Trabalho Imigrante em Portugal*. Cadernos OI, nº 1, Lisboa: ACIDI, 2007.
- CASA DO BRASIL DE LISBOA. A “Segunda Vaga” de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003). Lisboa: Casa do Brasil de Lisboa, 2004.
- CASACA, S. F. e PEIXOTO, J. Flessibilità e segmentazione del mercato del lavoro in Portogallo: genere e immigrazione. *Sociologia del Lavoro*, nº 117, p. 116-133, 2010.
- CASTLES, S. e MILLER, M. J. *The Age of Migration - International Population Movements in the Modern World*. 4ª ed. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2009.
- EGREJA, C. e PEIXOTO, J. Caminhos limitados ou mobilidade bloqueada? A mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 67, p. 43-64, 2011.
- GÓIS, P. et al. Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. *Migrações*, nº 5, p. 111-133, out. 2009.
- HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. *IMI Working Papers*, nº 9, International Migration Institute, University of Oxford, 2008.
- KOVÁCS, I. (org.) *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*. Oeiras: Celta, 2005.
- KOVÁCS, I. e CASACA, S. F. Flexibilidad y desigualdad en el trabajo: tendencias y alternativas europeas. *Sociología del Trabajo*, n. 61, p. 99-124, 2007.
- MACHADO, I. (org.) *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2006.
- MALHEIROS, J. M. (org.) *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIME, 2007.
- OCDE *Jobs for Immigrants (vol. 2): Labour Market Integration in Belgium, France, the Netherlands and Portugal*. Paris: OCDE, 2008.
- PADILLA, B. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise. In: MALHEIROS, J. (org.) *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIME, 2007, p. 113-134.
- PEIXOTO, J. e FIGUEIREDO, A. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In: MALHEIROS, J. (org.) *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIME, 2007, p. 87-111.
- PEIXOTO, J. e IORIO, J. *Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: retorno, regulação ou resistência?*. Lisboa: Principia/Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- PENNINX, R.; BERGER, M. and KRAAL, K. (eds.) *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe – A State of the Art*. Amsterdam: AUP (Imiscoe Joint Studies), 2006.
- PHIZACKLEA, A. O mercado de trabalho flexível e o trabalho incerto: o caso da migração. In:

- KOVÁCS, I. (org.). *Flexibilidade de emprego* - Riscos e Oportunidades. Oeiras: Celta, 2005, p. 161-177.
- PINHO, F. A imprensa na construção do processo migratório: a constituição de Portugal como destino plausível da emigração brasileira. In: MALHEIROS, J. (org). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIME, 2007, p. 59-86.
- PIORE, M. J. *Birds of Passage*. Migrant Labor and Industrial Societies. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- PORTES, A. Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration. In: Kritz M. M. *et al.*, (ed.). *Global Trends in Migration* - Theory and Research on International Population Movements. Nova Iorque: Center for Migration Studies, 1981, p. 279-297.
- PORTES, A. *Migrações Internacionais*: Origens, Tipos e Modos de Incorporação. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- XAVIER, M. *Redescobindo o Brasil* – Processos Identitários de Brasileiros em Portugal. Lisboa: ACIDI, 2007.

RESUMO

Neste texto são revistos os padrões de inserção dos migrantes brasileiros no mercado de trabalho em Portugal. É argumentado que as oportunidades laborais disponíveis se encontram, na maior parte dos casos, entre os segmentos menos atrativos do mercado de trabalho e que predominam situações de precariedade laboral. A concentração naqueles segmentos prejudica as possibilidades de integração plena na sociedade portuguesa. Esta evidência decorre da observação de algumas variáveis relacionadas com o emprego (participação económica, condição de atividade, posição na ocupação, profissão, ramo de atividade e situação contratual) e desemprego. São ainda identificadas as características individuais dos migrantes que mais se relacionam com os diferentes padrões de inserção laboral. A principal base empírica utilizada é um inquérito a migrantes brasileiros em Portugal realizado em 2009.

Palavras-chave: migração brasileira; Portugal; mercado de trabalho.

ABSTRACT

This paper intends to review the main modes of incorporation of Brazilian migrants in the Portuguese labour market. Its main arguments are that labour opportunities are confined, in most of the cases, to less desired segments of the labour market and that flexible labour arrangements predominate. Concentration in those segments harms migrants' prospects of full integration in Portuguese society. These evidences result from the observation of some variables related to employment (economic participation, professional status, occupation, activity sector, contractual situation) and unemployment. Furthermore, individual characteristics of migrants mostly related with different incorporation patterns are identified. The main evidence used in the paper comes from a survey on Brazilian migrants in Portugal carried out in 2009.

Keywords: brazilian migration; Portugal; labour market.

